ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	40.282	47.295
Aplicações financeiras	6.2	275.717	201.486
Contas a receber de clientes	7	77.415	93.032
Estoques	8	147.909	150.641
Impostos a recuperar	9	16.852	18.222
Adiantamento a fornecedores		4.143	5.132
Demais contas a receber		1.819	1.518
Total do ativo circulante		564.136	517.326
Não Circulante			
Impostos a recuperar	9	43.926	42.488
Depósitos judiciais	18	2.265	2.137
Propriedades para investimentos	10	3.342	3.664
Imobilizado	11	99.002	98.530
Intangível	12	720	650
Ativos de direito de uso	13	3.103	321
Total do ativo não circulante		152.358	147.790
Total do Ativo		716.493	665.116

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento mercantil	13	1.067	326
Fornecedores	14	12.337	26.695
Salários e encargos sociais	15	6.977	6.746
Impostos a recolher	16	496	1.718
Imposto de renda e contribuição social	16	6.533	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19 d)	11.363	10.418
Outras obrigações		1.585	2.439
Total do passivo circulante		40.359	48.342
Não Circulante			
Arrendamento mercantil	13	2.779	–
Provisão para riscos	18	357	271
Tributos diferidos	24	8.030	7.947
Total do passivo não circulante		11.166	8.218
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		168.943	168.943
Reservas de lucros		496.025	439.613
Total do patrimônio líquido		664.968	608.556
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		716.493	665.116

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivos Fiscais	Reservas de lucros: Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	168.943	33.789	260.188	46.343	–	509.263
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	178.920	178.920
Transações com acionistas:						
Juros sobre o capital próprio – R$0,636 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(32.185)	(32.185)
Dividendos adicionais propostos (nota 19)	–	–	–	(45.972)	–	(45.972)
	–	–	–	(45.972)	(32.185)	(78.157)
Destinações:						
Dividendos propostos – R$0,29 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(1.470)	(1.470)
Reservas incentivos fiscais (nota 19)	–	–	105.410	–	(105.410)	–
Retenção de lucros	–	–	–	39.855	(39.855)	–
Total das destinações	–	–	105.410	39.855	(146.735)	(1.470)
Em 31 de dezembro de 2022	168.943	33.789	365.598	40.226	–	608.556
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	203.375	203.375
Transações com acionistas:						
Juros sobre o capital próprio – R$0,799 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(40.462)	(40.462)
Dividendos adicionais propostos (NE 19 ii)	–	–	(62.912)	(40.226)	–	(103.138)
Destinações:						
Dividendos mínimos propostos – R$0,66 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(3.363)	(3.363)
Reservas incentivos fiscais (nota 19)	–	–	35.214	54.144	(89.358)	–
Retenção de lucros	–	–	–	70.192	(70.192)	–
Em 31 de dezembro de 2023	168.943	33.789	337.900	124.336	–	664.968

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	20	1.073.667	1.130.941
Custo dos produtos vendidos	21	(799.678)	(886.099)
Lucro Bruto		273.989	244.842
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	21	(41.494)	(39.511)
Despesas administrativas	21	(34.494)	(28.665)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	292	950
Lucro Operacional antes das Receitas e (Despesas) Financeiras, Líquidas		198.293	177.616
Receitas financeiras	23	39.991	29.216
Despesas financeiras	23	(4.985)	(2.250)
		35.006	26.966
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		233.299	204.582
Corrente	24	(29.841)	(25.519)
Diferido	24	(83)	(143)
		(29.924)	(25.662)
Lucro Líquido do Exercício		203.375	178.920
Lucro por Ação – R$		4,0172	3,5342

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	203.375	178.920
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	203.375	178.920

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		233.299	204.582
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		8.959	8.417
Impairment – Propriedade para investimentos		–	190
Valor residual do ativo imobilizado baixado		(67)	(282)
Juros sobre arrendamento mercantil	13	(341)	43
Atualização dos créditos fiscais		(4.891)	(2.962)
Rendimento sobre aplicação financeira		(34.064)	–
Constituição (reversão) de provisão de perdas esperadas	7	(707)	(462)
Constituição (reversão) de provisão para riscos	18	105	(897)
Constituição de provisão para perdas de materiais obsoletos	8	443	1.045
		202.736	209.674
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		16.324	(30.111)
Estoques		2.289	39.173
Impostos a recuperar		4.823	1.724
Adiantamentos a fornecedores		989	7.573
Depósitos judiciais		(128)	94
Demais contas a receber		(301)	(234)
Fornecedores	14	(14.358)	12.448
Salários e encargos sociais	15	231	322
Impostos a recolher	16	(1.222)	595
Demais contas a pagar e outras provisões		(391)	231
Caixa proveniente das atividades operacionais		210.993	241.489
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.646)	(30.399)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		182.347	211.090
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(40.167)	(116.656)
Recebimento decorrente da venda de ativo imobilizado		55	405
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(8.414)	(8.202)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(48.525)	(124.453)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contraprestação paga de arrendamentos	13	(886)	(790)
Dividendos pagos	19	(106.038)	(50.294)
Juros sobre o capital próprio pagos	19	(33.911)	(24.706)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(140.835)	(75.790)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(7.013)	10.847
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
no início do exercício		47.295	36.448
no fim do exercício		40.282	47.295
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(7.013)	10.847

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná as quais estão interligadas com suas cinco filiais. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2024.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

• Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente:

• Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2.
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.
Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

2.1. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Normas e interpretações	Descrição	Data Efetiva
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS – Declaração da Prática)	Passivo não circulante com covenants	01/01/2024
CPC 40 (Alterações à IAS 7 e à IFRS 7)	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 (Alterações à IFRS 16)	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".	01/01/2024
CPC 36 (R3) (IFRS 10) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	A definir

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3, que correspondem à perda de crédito esperada, provisão para contingências e perdas com materiais obsoletos. Continuidade operacional: A Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que essa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento e com um risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Instrumentos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **a) Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **i) Classificação de ativos financeiros:** Os instrumentos de ativos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **ii) Custo amortizado e métodos da taxa de juros efetiva:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento financeiro e quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **iii) Ativos financeiros ao Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo no final de cada período de relatório. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (nota explicativa nº 6) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. **b) Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **i) Classificação de passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. **2.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, sendo que a mudança no valor justo da compensação entre o item e o instrumento é registrada diretamente no resultado. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como gérmen e farelo de trigo e de seus derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de créditos esperadas ("impairment"). O "impairment" do contas a receber é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor do "impairment" do contas a receber é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7. Estoques:** Os estoques, compostos de trigo in natura, semielaborado e produtos acabados derivados do trigo, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pela média ponderada móvel da aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização ("impairment"), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoxarifado) e outros materiais são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. Por meio de análises a Companhia adotou política para constituição de perdas com os materiais obsoletos em seus estoques. Trata-se de materiais antigos, sem demanda futura. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.8. Adiantamentos a fornecedores:** As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo e registrados no estoque na conta "estoques e importações em andamento", e estão relacionados a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo nacionais e estrangeiros. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registrados no imobilizado na conta de "Imobilizações em andamento". **2.9. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de galpões em São Paulo que são mantidos para rendimentos de aluguéis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. Possui ainda um imóvel em Curitiba ocupado em contrato de comodato. A Companhia não decidiu sobre qualquer operação que será exercida neste imóvel. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A vida útil das propriedades para investimentos foi estimada entre 30 e 70 anos. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na nota explicativa nº 10. **2.10. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, os moinhos, localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Vida útil	Em anos
Edificações	30 a 70
Máquinas e equipamentos	5 a 38
Equipamentos de informática e veículos	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em terrenos	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)

(*) De acordo com o prazo de locação do imóvel.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Ativos intangíveis: a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de até cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.12. "Impairment" de ativos não financeiros:** Os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. **2.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14. Provisões para riscos:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.15. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. **2.16. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados com o devido apontamento no sindicato da categoria. **2.17. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. **2.18. Reconhecimento da receita: (i) Vendas de produtos:** As receitas de venda da Companhia advêm principalmente da industrialização e venda de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como, gérmen de trigo e farelo de trigo, destinados em geral para o consumo humano e para alimentação animal. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente na transferência do controle do produto ao cliente, cujo momento é no local de destino definido pelo cliente. Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializados com descontos, os quais são substancialmente negociações promovidas pelos clientes em seus pontos de venda e pela Companhia em feiras e eventos. A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, complementados por recebimentos de consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções. **(ii) Devoluções e cancelamentos:** Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. **(iii) Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias:** O modelo atual de descontos é reconhecido no momento da emissão da nota fiscal e as tratativas pontuais são classificadas como descontos financeiros. A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas em pontos de venda dos clientes e em outras diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados entre a Companhia e clientes, são ações comerciais de pontos extras, inaugurações de lojas, comemoração de anivers

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

teira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os ativos financeiros da Companhia, como "caixa e equivalentes de caixa", "contas a receber de clientes", "aplicações financeiras" e "demais contas a receber", totalizando R$395.233 (2022 – R$343.331), são todos classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Companhia, como "fornecedores" e "outras obrigações" totalizando R$13.922 (2022 – R$29.134), são todos classificados como outros passivos financeiros.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	2	4
Bancos conta movimento	40.280	47.291
Total	40.282	47.295

6.2. Aplicações financeiras

	2023	2022
Aplicações financeiras (i)	275.717	201.486
Total	275.717	201.486

(i) As aplicações financeiras mantidas para investimentos, transacionadas com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A, Itaú Unibanco S.A, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 101,0% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/DI), (2022 – 100,5% do CDB/DI).

7. Contas a Receber de Clientes

	2023	2022
Clientes nacionais	78.448	94.856
Provisão para perdas esperadas	(415)	(1.122)
Redução Clientes Desc. Contratuais	(618)	(702)
Total	77.415	93.032

Em 31 de dezembro de 2023, do saldo das contas a receber de clientes vencidos, a Companhia adotou com base em históricos anteriores, critérios para provisionamento de seus clientes inadimplentes no valor de R$415 (2022 – R$1.122). Referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada a seguir: Contas a receber de clientes por idade

	2023	2022
A vencer		
De 01 a 30 dias	63.023	84.222
De 31 a 60 dias	8.347	7.031
De 61 a 90 dias	167	–
Total a vencer	71.537	91.253
Vencidos		
De 01 a 30 dias	6.604	2.812
De 31 a 60 dias	80	40
De 61 a 90 dias	30	110
De 91 a 120 dias	–	52
De 121 a 180 dias	34	24
De 181 a 360 dias	163	562
Acima de 360 dias	1	3
Total vencidos	6.912	3.603
Contas a receber de clientes	78.449	94.856

As movimentações na provisão para perdas de créditos esperadas do contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.122	660
Adições	(127)	1.091
Baixa com incobráveis	(580)	(629)
Em 31 de dezembro	415	1.122

8. Estoques

	2023	2022
Produto acabados	12.488	13.128
Produtos em elaboração	3.753	3.197
Matérias-primas e suprimentos	73.382	112.494
Insumos de produção e embalagens	5.187	3.943
Almoxarifado	1.707	1.630
Material em trânsito (i)	52.880	17.294
(-) Materiais obsoletos	(1.488)	(1.045)
Total	147.908	150.641

(i) Referem-se a compras de matéria prima (trigo) no mercado nacional e estrangeiro para entrega futura. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$799.678 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R$886.099).

9. Impostos A Recuperar

	2023		2022	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
ICMS a recuperar (aquis. imobilizado) (i)	148	266	130	110
PIS e COFINS (ii)	14.831	22.809	13.550	21.595
Imposto de renda e contribuição social (iii)	–	20.851	1.462	20.783
Outros impostos a recuperar (iv)	1.873	–	3.080	–
Total dos impostos a recuperar	16.852	43.926	18.222	42.488

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba, estado do Paraná e unidade de São Paulo, estado de São Paulo. (ii) Trata-se de créditos apropriados por aquisições de ativo imobilizado, matéria prima, embalagens e demais insumos aplicados no processo de industrialização, a serem recuperados nos exercícios seguintes. O montante de R$14.831 (2022 – R$13.550) registrados no ativo circulante, referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2022 e 2023, para os quais há expectativa de realização em futuro previsível. O montante de R$17.735 em 2023 (2022 – R$15.887) registrados no ativo não circulante, referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2022 e de 2023 e o montante de R$5.074 em 2023 (2022 – R$5.708) refere-se a créditos que estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de ressarcimento e estão em fase de processo administrativo. (iii) O crédito de R$1.462 registrado no curto prazo de saldo do imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras não utilizadas em 2022, foram compensadas para pagamentos de impostos em 2023. Os valores de R$ 20.851 registrados no ativo não circulante no exercício de 2023 (R$ 20.783 em 2022) referem-se a créditos registrados no longo prazo do imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior nos exercícios de 2018 e 2019. Os créditos remanescentes estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de restituição. (iv) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS no mês de dezembro originados pelas aquisições de matéria prima nacional (trigo) no estado do Rio Grande do Sul, destinados ao moinho de Curitiba, estado do Paraná.

10. Propriedades para Investimento

O valor de custo destes ativos é representado por:

				2023	2022
	Custo	Perda de Ativo "Impairment"	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações – Galpões-SP (i)	7.278	–	(4.771)	2.507	2.798
Terrenos e Edificações-PR (ii)	3.098	(2.098)	(165)	835	866
Total	10.376	(2.098)	(4.936)	3.342	3.664

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes: (i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor da receita de aluguéis de 2023 e de 2022 está detalhado na nota explicativa nº 22. (ii) Imóvel localizado as proximidades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sounis, 273/277/281, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se ocupado com contrato de comodato. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em dezembro de 2023 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou no montante de R$48.683. Em dezembro de 2023 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de Curitiba resultou no montante de R$1.203.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)	Imobilizado total
Saldos em 1 de janeiro de 2022	19.399	17.612	58.356	2.398	97.765	–	97.765
Aquisições	1.471	618	1.821	507	4.417	3.704	8.121
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Valor residual dos bens baixados	–	(3)	(44)	(76)	(123)	–	(123)
Depreciação	–	(1.208)	(5.222)	(803)	(7.233)	–	(7.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.870	17.019	54.911	2.026	94.826	3.704	98.530
Custo total	20.870	39.153	144.668	10.767	215.458	3.704	219.162
Depreciação acumulada	–	(22.134)	(89.757)	(8.741)	(120.632)	–	(120.632)
Valor residual	20.870	17.019	54.911	2.026	94.826	3.704	98.530
Saldos em 1 de janeiro de 2023	20.870	17.019	54.911	2.026	94.826	3.704	98.530
Aquisições	1.133	1.277	1.957	1.378	5.745	2.359	8.104
Transferências	–	259	3.399	32	3.690	(3.690)	–
Valor residual dos bens baixados	–	–	(50)	(72)	(122)	–	(122)
Depreciação	–	(1.257)	(5.471)	(782)	(7.510)	–	(7.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.003	17.298	54.746	2.582	96.629	2.373	99.002
Custo total	22.003	40.689	149.974	12.105	224.771	2.373	227.144
Depreciação acumulada	–	(23.391)	(95.228)	(9.523)	(128.142)	–	(128.142)
Valor residual	22.003	17.298	54.746	2.582	96.629	2.373	99.002

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2023 correspondem a R$1.307, R$282 e R$993, respectivamente (2022 – R$634, R$344 e R$1.048, respectivamente). (ii) Refere-se a instalação no moinho de São Paulo de linha exclusiva para fabricação de mistura pronta Anamix e outras aquisições relacionadas a reformas e instalações de equipamentos nas linhas de produção nos moinhos de Curitiba e São Paulo, com conclusão prevista para o ano de 2024.

12. Intangível

	Softwares (i)	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	816	53	869
Aquisições (i)	81	–	81
Amortização	(300)	–	(300)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	597	53	650
Custo total	8.147	53	8.200
Amortização acumulada	(7.550)	–	(7.550)
Valor residual	597	53	650
Saldos em 1º de janeiro de 2023	597	53	650
Aquisições (i)	310	–	310
Amortização	(240)	–	(240)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	667	53	720
Custo total	8.457	53	8.510
Amortização acumulada	(7.790)	–	(7.790)
Valor residual	667	53	720

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

13. Arrendamento Mercantil

A Companhia arrenda cinco ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos, interligadas às duas fábricas industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. Os valores dos arrendamentos, resultaram em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos e juros sobre os arrendamentos, e são representados por: **a) Ativos de direito de uso**

Custo total em 31 de dezembro de 2022	4.609
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2022	(4.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	321
Encerramento contrato no exercício	–
Adições nas renovações de contratos	3.662
Reajuste de aluguel no exercício	7
Amortização	(887)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.103
Custo total	8.278
Amortização acumulada	(5.175)
Valor residual	3.103

b) Passivos de arrendamentos

Valores a pagar de arrendamentos	2023
Em até 1 ano	1.067
De 2 a 3 anos	2.134
De 4 a 5 anos	645
Total dos passivos a pagar	3.846

c) Movimentação do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022	326
Ajuste por remensuração	7
Adições nas renovações de contratos	3.662
Juros adicionados nas renovações de contratos	1.078
Juros pagos no período corrente	(341)
Contraprestação paga	(886)
Em 31 de dezembro de 2023	3.846
Circulante	1.067
Não circulante	2.779
	3.846

d) Outras informações: A composição da taxa de juros varia de acordo com a forma de apoio na operação. A Companhia optou em adotar o critério de apoio em operações indiretas aos novos contratos. Neste critério a taxa de juros será composta pelo Custo Financeiro (7% aa), Taxa do BNDES (1,5% aa) e taxa do Agente Financeiro (3% aa). A adesão dos novos contratos possui pagamentos fixos e não ocorreram descontos em contraprestações no ano.

14. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	906	13.992
Fornecedores de materiais e serviços	11.431	12.703
Total	12.337	26.695

15. Salários e Encargos Sociais

	2023	2022
Férias e encargos	4.621	4.587
Salários e encargos	836	699
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	1.072	1.039
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	368	351
Outros salários e encargos a pagar	80	70
Total	6.977	6.746

16. Impostos a Recolher

	2023	2022
ICMS a recolher	355	258
Imposto de renda retido a recolher	1.406	1.381
Outros impostos a recolher	5.268	79
Total	7.029	1.718

17. Partes Relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o montante de R$6.072 (2022 – R$4.410) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração.

18. Provisão para Riscos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados aos riscos trabalhistas, previdenciários e tributários:

	2023		2022	
	Depósitos judiciais corrigido	Provisão para riscos	Depósitos judiciais corrigido	Provisão para riscos
Trabalhista (i)	111	324	134	241
Tributária (ii)	2.154	–	2.003	–
Demais	–	33	–	30
Total	2.265	357	2.137	271

(i) Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração e amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a riscos trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R$324 (2022 – R$241), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais são atualizados no tempo e a apresentação líquida em 2023 no valor R$2.265 (2022 – R$2.137). **(ii) Tributários:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum processo avaliado como perda provável, o montante dos processos tributários reclamados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que de acordo com a Administração e opinião dos assessores jurídicos, foram avaliados com riscos de perda possível e remota e, consequentemente não possuem provisão constituída. **a) Movimentação da provisão para riscos:** A movimentação da provisão nos exercícios de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributários e Outros	Total
Em 1º de janeiro 2022	1.468	39	1.507
Adições	258	29	287
Pagamentos	(318)	(21)	(339)
Reversões	(1.167)	(17)	(1.184)
Em 31º de dezembro 2022	241	30	271
Adições	325	33	358
Pagamentos	(8)	(11)	(19)
Reversões	(234)	(19)	(253)
Em 31º de dezembro 2023	324	33	357

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R$20.352 (2022 – R$20.313), substancialmente representado por auto de infração relacionados com a não homologação do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição. As ações de naturezas trabalhistas e cíveis no valor de R$1.876 e R$19 respectivamente (2022 – R$2.441 e R$45), envolvem riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir

	2023	2022
Trabalhista	1.876	2.441
Tributária	20.352	20.313
Cível	19	45
Total	22.247	22.799

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 no valor de R$168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e por 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. **b) Reservas de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo de reservas legais já atingiu o percentual de 20% do capital social, razão pela qual não houve novas constituições em 2023 e 2022. **(ii) Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. **(iii) Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à reserva de benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2023 e 2022, foram registrados no resultado dos exercícios os montantes de R$89.358 e R$105.410, respectivamente, a título de créditos de Subvenção, conforme previsto na Lei Complementar 160/2017, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. **c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R$40.462 (2022 – R$32.185), foi contabilizado como despesa financeira. Para fins contábeis o valor impactou o patrimônio líquido. **d) Dividendos: (i) Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	203.375	178.920
(-) Reserva de incentivos fiscais	(35.214)	(105.410)
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	168.161	73.510
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	3.363	1.470
Pagamentos propostos aos acionistas:		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.363	1.470
Juros sobre o capital próprio provisionados – valor bruto	40.462	32.185
	43.825	33.655
Percentual de pagamentos propostos e pagos em relação ao lucro líquido disponível para distribuição do exercício	26%	46%

(ii) Dividendos complementares e juros sobre o capital próprio pagos e a pagar: A apuração dos dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são: Em 27 de outubro de 2021, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2021, no valor de R$4.706, e dividendos no valor de R$5.294, cujos valores foram pagos em 7 de janeiro de 2022. Em 28 de abril de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos complementares, no valor de R$671 e de R$44.329, respectivamente, cujo valores foram pagos em 28 de abril de 2022. Em 31 de outubro de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio do período de janeiro a setembro de 2022, no valor de R$20.000, cujo valor foi pago em 31 de outubro de 2022. Em 31 de outubro de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2022, no valor de R$7.306, e dividendos no valor de R$1.643, cujos valores foram pagos em 9 de janeiro de 2023. Em 26 de abril de 2023, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a março de 2023, no valor de R$9.531, dividendos mínimos obrigatórios e dividendos complementares, no valor de R$1.470 e de R$39.999, respectivamente, cujos valores foram pagos em 26 de abril de 2023. Em 31 de outubro de 2023, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição no valor de R$80.000, sendo o valor de R$17.074 correspondente aos juros sobre capital próprio relativo ao período de abril a setembro de 2023 e o valor de R$62.926 correspondente a reservas de incentivos fiscais relativo aos créditos de Subvenção, conforme previsto na Lei Complementar 160/2017 no período de 12/2021 a 12/2022, cujos valores foram pagos em 31 de outubro de 2023. Em 31 de outubro de 2023, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2023, no valor de R$7.787, e dividendos complementares no valor de R$213, cujos valores foram pagos em 8 de janeiro de 2024, conforme quadro demonstrativo: Dividendos mínimos obrigatórios, complementares e Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar, líquidos de impostos:

Data da Ata de aprovação	Data de pagamento	JSCP	Dividendos
27/10/2021	07/01/2022	4.706	5.294
28/04/2022	28/04/2022	–	45.000
31/10/2022	31/10/2022	20.000	–
Total pago 2022		24.706	50.294
31/10/2022	09/01/2023	7.306	1.643
26/04/2023	26/04/2023	9.531	41.469
31/10/2023	31/10/2023	17.074	62.926
Total pago 2023		33.911	106.038
31/10/2023	08/01/2024	7.787	213
Total geral		66.404	156.545

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Saldo inicial	10.418	10.671
Dividendos provisionados	106.501	47.441
Juros sobre o capital próprio provisionados	34.332	27.306
Dividendos pagos	(106.038)	(50.294)
Juros sobre o capital próprio pagos	(33.850)	(24.706)
Saldo Final	11.363	10.418

20. Receitas de Vendas

	2023	2022
Mercado interno – produtos	1.138.312	1.197.370
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(45.258)	(47.924)
(-) Devoluções e descontos	(17.993)	(17.620)
(-) Bonificações	(1.394)	(885)
Total	1.073.667	1.130.941

21. Custos e Despesas por Natureza

	2023	2022
Consumo de matéria prima e materiais	(759.950)	(848.961)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(63.230)	(57.355)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(21.300)	(19.979)
Serviços de terceiros	(11.712)	(9.942)
Depreciações e amortizações	(8.959)	(8.417)
"Impairment"	–	(190)
Gastos com instalações	(1.247)	(1.033)
Combustíveis e energia	(2.113)	(1.929)
Outras despesas	(7.155)	(6.469)
Custo total das vendas, despesas vendas, gerais e administrativas	875.666	(954.275)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados, mercadorias e produtos vendidos	(799.678)	(886.099)
Despesas com vendas, administrativas e gerais	(75.988)	(68.176)
Total	875.666	(954.275)

a) Despesas com salários e benefícios a empregados

	2023	2022
Salários	(43.458)	(39.296)
Encargos sociais	(11.177)	(10.207)
Outros benefícios a empregados	(8.595)	(7.852)
Total	(63.230)	(57.355)

22. Outras Receitas Operacionais, Líquidas

	2023	2022
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	55	405
Arrendamento de imóveis	1.447	1.570
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.210)	(1.025)
Total	292	950

23. Receitas e Despesas Financeiras

	2023	2022
Juros sobre despesas bancárias	(15)	(106)
Outras despesas financeiras	(1.766)	(2.144)
Variação cambial	(3.204)	–
Despesas financeiras	(4.985)	(2.250)
Rendimentos de aplicações financeiras	34.064	21.906
Juros de mora recebidos	552	568
Atualização monetária de créditos fiscais	4.891	2.962
Descontos obtidos	369	406
Variação cambial	115	3.374
Receitas financeiras	39.991	29.216
Resultado financeiro líquido	35.006	26.966

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Saldo patrimonial – Diferido

	2023	2022
Diferenças temporárias		
Provisões diversas	1.553	1.415
Provisão para corte de receita de vendas	537	225
	2.090	1.640
Imposto de renda diferido passivo		
Diferença entre vida útil e taxa fiscal do imobilizado (i)	(10.120)	(9.587)
Total Imposto de renda diferido passivo	(10.120)	(9.587)
Saldo do imposto de renda diferido ativo (passivo)	(8.030)	(7.947)

(i) Trata-se de diferenças temporárias de taxas de depreciação ocorrida em virtude da revisão da vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014. **b) Despesa do imposto de renda e da contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

	2023	2022
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	233.299	204.582
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(79.322)	(69.558)
Reconciliação para a alíquota efetiva		
Juros s/ Capital Próprio	13.757	10.943
Incentivos fiscais (i)	30.381	36.487
Outros	5.260	(3.534)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(29.924)	(25.662)
Corrente	(29.841)	(25.519)
Diferido	(83)	(143)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(29.924)	(25.662)

(i) Referem-se a créditos de Subvenção, conforme previsto na Lei Complementar 160/2017.

25. Resultado por Ação – Básico e Diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	203.374	178.920
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	50.626	50.626
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	4,0173	3,5342

26. Seguros Contratados

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de alinhar e delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (premissas de riscos não auditada pelos auditores independentes). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

Modalidade	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos operacionais (Prédios)	30/11/2023 a 30/11/2024	160.218	476
Riscos operacionais (Máq., móveis, utens. e instal.)	30/11/2023 a 30/11/2024	133.854	
Riscos operacionais (Merc. e matérias primas)	30/11/2023 a 30/11/2024	139.307	
Responsabilidade civil geral	01/03/2023 a 01/03/2024	25.000	20
Seguro Importação	31/12/2022 a 31/12/2023	74.850	110

27. Transações que não Envolvem Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Renovação de contratos direito de uso	3.662	–

A DIRETORIA

CONTADOR

Sandro da Silva *– CRC 1SP 221.628/O-5*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria